

# DA LEITURA DO TERRITÓRIO E DOS SEUS PATRIMÓNIOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

o papel dos museus e o contributo da Arqueologia<sup>1</sup>

*Pedro C. Carvalho*

Quase todo o interior português integra o que atualmente já se designam por territórios interiores de muito baixa densidade. Aqui, a quebra demográfica e a taxa de envelhecimento da população é significativa e muito preocupante (chega a ser a mais alta de toda a União Europeia em certas regiões). As fragilidades do seu tecido socioeconómico não cessam de se acentuar. O diagnóstico, em grande medida, está feito e tudo o que poderia ter sido dito, sobretudo no que concerne a declarações de intenções, já terá sido dito. Contudo, verdadeiramente, falta ainda atuar, mudando o paradigma de desenvolvimento local e regional, passando este a estar doravante centrado em políticas assentes fundamentalmente no conhecimento.

Nesse âmbito, torna-se imprescindível apostar numa efetiva valorização do território, enveredando por novas estratégias de desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Optou-se por preservar as normas técnicas para notas, referências e citações do país de origem do texto.

sustentável de médio e longo prazo que saibam potenciar as valências mais ricas e genuínas desses territórios. Essas valências encontram-se, em grande medida, nos recursos endógenos, isto é, no conjunto de traços identitários, de caracteres distintivos, que dão corpo ao património histórico e cultural (e também paisagístico e natural) de cada região. É muito nesse legado histórico e nessa herança cultural que poderá residir a vantagem comparativa, ou melhor, o tal fator diferenciação que permite a uma cidade ou região aumentar a sua competitividade (e atratividade), tanto no campo da educação/formação como na esfera socioeconómica.

Todavia, não basta que, enquanto fatores diferenciadores, esses recursos endógenos existam, é preciso saber potenciar ou induzir o seu valor socioeconómico e educativo, recorrendo a intervenções altamente qualificadas, concertadas e abrangentes, que introduzam, para além do fator diferenciação, a inovação e a criatividade (BERNARDES *et al.* e MATEUS *et al.*, 2013) – inovação e criatividade que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação possibilitam e estimulam, mesmo no quadro da preservação e valorização do património cultural. É necessário, portanto, que a valorização económica do território, mediante a promoção dos seus recursos culturais e naturais endógenos, constitua uma aposta prospetivada numa lógica de desenvolvimento, sustentabilidade e coesão, por forma a contribuir para a dinamização da base económica local, para a diversificação da economia regional e para a fixação da população, combatendo-se assim tanto as acentuadas assimetrias de desenvolvimento intrarregionais como a baixa densidade demográfica concelhia. (CARVALHO, *no prelo*)

A este nível, apostando-se na qualidade dos projetos, na qualificação dos recursos humanos, nos projetos com escala, continuados e nas parcerias, muito ainda pode e deve ser feito. Há um campo largo para projetos que se centrem num dado território e nas marcas da herança cultural que o distinguem: para projetos que assentem na memória e na identidade e que tornem consequente uma definição habitual de património cultural, enquanto conjunto de práticas e costumes partilhado por um determinado grupo e que se materializam de diferentes formas materiais e imateriais, contribuindo assim quer para estabelecer a identidade distintiva do grupo quer para re-

forçar a sua própria identidade e a coesão social; para projetos que tornem operativa essa definição, mas sem subvalorizar (antes pelo contrário) o valor socioeconómico que o património ou essas marcas culturais distintivas também encerram, mediante o incremento das indústrias culturais e dos fluxos turísticos; para projetos, em suma, que procurem captar as relações entre o homem e o território ao longo dos tempos e os sinais daí resultantes que dão corpo à identidade e memória desses territórios. (CARVALHO, 2011) Projetos que poderão traduzir-se na criação de um museu ou de um centro de interpretação. De espaços expositivos que reúnam algumas peças únicas com um singular valor arqueológico, histórico e etnológico (coleção museológica), recorrendo à criatividade e à inovação que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (e as novas tecnologias imersivas) também permitem, e assente numa sólida base documental e em conteúdos devidamente fundamentados. Museus ou centros de interpretação que constituam um equipamento cultural de excelência, altamente pedagógico, comunicativo e formativo, capaz de atrair diferentes públicos, desde a comunidade escolar e local, aos turistas que demandam um dado território. (CARVALHO, *no prelo*)

Referimo-nos também a espaços em que a imagem assuma um lugar de relevo (história narrada por imagens), ainda que esta não substitua a força da palavra e das ideias que estas transmitem, resultantes da investigação desenvolvida e do contributo de uma equipa multidisciplinar e altamente qualificada. Em que o espaço se programe para diferentes públicos e distintas faixas etárias. Em que se procure e saiba explorar o fascínio que poderá produzir o passado perdido ou o evocar de um tempo desaparecido. Em que se aposte num número não muito numeroso de peças expostas (concentrando assim a atenção do visitante no que for considerado essencial), evitando assim um excesso de informação. Em que à imagem se associem outros estímulos visuais que despertam os sentidos, recriando ambientes. Em que se criem paisagens sonoras que reforcem ou confirmem profundidade ao conteúdo da exposição, também enquanto espaço cénico. Em que se aposte em alguma interactividade (o conhecimento e a aprendizagem através da experiência, ultrapassando-se assim a simples observação do exposto). Em que se procure que os conteúdos não reproduzam necessariamente uma

versão única da história, possibilitando diferentes narrativas sempre que se justifique ou questionando até o que se sabe, mostrando assim a importância de uma investigação continuada — nesse último âmbito, importa ainda referir que nem sempre se procura (e nem sempre será a melhor opção trabalhar) uma versão monolítica da história e da herança cultural de um lugar; em determinados contextos e problemáticas, um projeto poderá distinguir-se, valorizando-se, se conseguir cruzar diferentes narrativas, mesmo que estas sejam potencialmente conflituais, indo também ao encontro dos públicos que demandam os museus, das suas motivações e distintos interesses. Em que se dê devido destaque ao património material (quer seja histórico e arqueológico, arquitectónico ou etnológico), mas também ao património imaterial, àquele que dá corpo às narrativas e ao imaginário das gentes, onde se funda também o saber fazer e a tradição. Em suma, espaços em que as virtualidades de um uso intencional e diversificado de linguagens expositivas/tecnologias museográficas são melhor servidas por um edifício (mesmo quando se instalam em edifícios pré-existentes) com espaços interiores não intrusivos e adaptáveis a várias estratégias discursivas, contemplando também um desejável espaço de exposições temporárias.

Espaços esses que, em termos conceptuais, devem ser projetados no quadro da “Nova Museologia” e do “novo património cultural” — enfoques atuais que englobam múltiplas temáticas, pluralidade de leituras, diferentes escalas de intervenção (abarcando também os territórios) e novos tipos de museus. (VEGO, 1989; GOB e DROUGUET, 2003) Espaços que, em termos de soluções tecnológicas e linguagens expositivas (no âmbito da eficácia comunicacional das exposições), saibam estimular e aproximar os públicos (a começar pela comunidade local, enquanto utente e portadora de memórias) dos espaços museológicos, promovendo o seu contacto com os elementos materiais e/ou imateriais de sociedades de outrora (da pré-história à contemporaneidade), compreendendo-os e problematizando-os, promovendo-se e divulgando-se também, dessa forma, a cultura e a ciência.

Espaços que podem revelar, de igual modo, os traços mais marcantes da identidade e memória local, seleccionando, necessariamente, temáticas e conteúdos, com base na investigação prévia, num conhecimento histórico detalhado, sem automatismos e importações de narrativas de outras para-

gens. Como vimos, esse conhecimento nem sempre deverá ser perspectivado como objectivo e definitivo, isento de dúvida e complexidade, acomodando-se assim, também por essa via, a pluralidade de interpretações/reconstituições, assumidamente parcelares e socialmente condicionadas. Com efeito, um texto ou discurso expositivo implica sempre selecção, destaque e valorização, mas tal não significa, nessa perspectiva, assente numa sólida base documental, que o que resulta da sua leitura (e das possíveis leituras múltiplas) seja, no limite, entendido como a imposição de uma narrativa meramente instrumental (ou instrumentalizada) que procura dar corpo a uma identidade cultural ficcionada — a investigação, nesse quadro, é a pedra angular que suporta e orienta a linguagem adoptada.

Referimo-nos ainda a espaços ou projetos que se direcionem para o turismo, mas que ao mesmo tempo deverão ser pensados para quem vive nesses territórios interiores, procurando, em ambos os enfoques, fazer parte da solução no quadro de uma estratégia local e regional de desenvolvimento sustentável. E tal significa que este património deverá ser também entendido como potencial realidade económica, capaz de gerar fluxos turísticos, estimulando mesmo outro conjunto de produtos e serviços, nomeadamente de natureza comercial, ou criando mesmo novas oportunidades de negócio e empreendedorismo, relacionáveis com o turismo cultural e com as indústrias culturais e criativas. A cultura, nesse sentido, enquanto produção e consumo de bens e serviços culturais (adentro de um quadro ou lógica industrial e/ou comercial), deve aqui ser claramente entendida também no seu sentido funcional, isto é, enquanto realidade económica. (VILAR, 2007)

A essa perspetiva deverá necessariamente juntar-se outra: um equipamento cultural desse tipo deverá igualmente funcionar como centro educativo. Na verdade, este deverá ser pensado para constituir uma peça fundamental da política local de educação, de um projeto educativo local, desenhado por atividades de efetivo enriquecimento curricular, que complemente e reforce o sistema escolar formal e que ligue a escola à comunidade em que esta se inscreve. Os municípios ao avançarem para a concretização deste tipo de projetos estão a criar espaços que permitirão dinamizar essa educação não formal. Aliás, consideramos que um equipamento cultural só será de excelência se for ao mesmo tempo pensada uma estratégia

que confira a possibilidade às crianças e jovens de um concelho um contacto privilegiado com a história da sua terra, com tudo o que caracteriza a sua identidade, começando assim, desde muito cedo, a reconhecer e a avaliar devidamente a importância desses recursos. Tal contribuirá para que estas interiorizem que não só temos o dever de salvaguardar essa memória e identidade, legando-a às gerações vindouras, como a memória e identidade, pelo enorme valor (também socioeconómico) que encerra, deve ser devidamente valorizada e divulgada, por ser também precisamente nessas marcas distintivas (algumas verdadeiras imagens de marca) que deveria assentar um desenvolvimento territorial sustentado.

Num projeto educativo local de base comunitária, a educação patrimonial desempenhará um papel central, na medida em que contribuirá para que as novas gerações comecem a encarar os territórios (a identidade e memória que encerram) como ativos, passíveis de criar valor. Projetos desse tipo, portanto, ao envolver a população local e as diferentes gerações e também por essa via da educação patrimonial (e cívica), constituirão uma solução educativa que contribuirá, a seu modo, não só para estimular o exercício de uma cidadania ativa e plena, como poderá constituir a prazo uma resposta objetiva às necessidades de desenvolvimento sustentável desses territórios.

No percurso de investigação arqueológica que temos feito por estas regiões interiores e rurais portuguesas, cada vez se tem tornado mais claro que certos lugares e territórios, para além do seu valor científico e patrimonial, encerram um potencial formativo/informativo e turístico que frequentemente não é reconhecido. Com efeito, a avaliação patrimonial que no terreno é efetuada aponta com frequência para a sua relevância sob esta perspetiva, ainda que muitos destes lugares e territórios continuem perfeitamente à margem de qualquer iniciativa que vise integrá-los adentro deste âmbito formativo e turístico. Há certos territórios e, particularmente, certos lugares nesses territórios que, perante a forte carga histórica e simbólica que encerram, deveriam ser objeto de projetos integrados que explorassem devidamente esse valor. Lugares de memória que evocam tempos passados, os quais, por sua vez, permitem e constituem o acesso privilegiado à leitura de um território.

Na verdade, todos os territórios encerram possibilidades de leitura histórica. Esta frequentemente consegue ser feita com clareza a partir de determinados lugares proeminentes, muitas vezes antigos povoados (há muito tempo abandonados) que se destacam na paisagem, a partir dos quais se disfrutam amplos campos de visão. Estes também constituem em si mesmo lugares com memória, o que acaba por potenciar (olhando ao mesmo tempo a paisagem em redor) toda uma narrativa que pode ser contada a partir deles. O impacto visual proporcionado por uma paisagem redobra-se quando esta é susceptível de leitura, enquanto paisagem cultural, sucessivamente ocupada e transformada pelo homem ao longo de milénios. É precisamente esta leitura histórica (que só se consegue mediante um bom conhecimento do território) que frequentemente não é feita, não sendo assim narrada, apreendida e socialmente potenciada. E no quadro tanto das comunidades educadoras como das ofertas turísticas, a história local (de um concelho ou de uma região) pode perfeitamente ser contada a partir destes pontos de ancoragem na paisagem. A história local, aliás, encontra quase sempre nestes lugares — que se assumem frequentemente como marcadores territoriais — um palco privilegiado para que estas narrativas se construam de forma sustentada e muito apelativa.

Figura 1 – O rio Douro, o Castelo de Linhares e S. Salvador do Mundo: dois importantes sítios medievais (o foral concedido ao primeiro, por Fernando o Magno, em 1057-1059, é um dos mais antigos em território português)



Foto: Pedro C. Carvalho.

É também essa outra perspectiva que poderia ser trabalhada para diferenciar destinos turísticos ou diversificar a oferta turística de uma dada região. A título de exemplo, poderia mesmo atrair para o interior de alguns territórios uma parcela do enorme fluxo turístico que se observa atualmente no Alto Douro vinhateiro, património da humanidade. Nessas regiões, a escassos quilómetros desse curso do rio Douro hoje tão percorrido, há também outra herança cultural, há um singular património histórico e há deslumbrantes paisagens únicas, prenes de significado, que podem ser objeto de leitura e fruição, indo assim ao encontro de grupos de turistas com motivações e interesses diferentes ou específicos.

Figura 2 – A leitura da paisagem e do povoamento antigo numa zona do Vale do Tua



Foto: Pedro C. Carvalho.

Quantas vezes, no quadro de prospeções arqueológicas, não nos encontramos num local ermo com vestígios de povoamento antigo (pré-histórico, proto-histórico, romano ou alto-medieval), a partir do qual se observam paisagens únicas, marcadas por lugares com vestígios de ocupação num passado remoto, e nos interrogamos sobre o seu esquecimento: isto é, por que razão a experiência que estamos a ter e a leitura que desse lugar pode ser feita não é proporcionada a outras pessoas?

Ora, essa possibilidade poderia ser concretizada mediante a programação de um sistema de visitas guiadas (percursos pedestres e em todo o terreno acompanhando grupos relativamente pequenos) ou, em determinadas situações, poderá equacionar-se a possibilidade de se recorrer a audioguias



e a outros sistemas inovadores que impliquem a utilização de GPS. As novas Tecnologias de Informação e Comunicação poderão permitir aos interessados não só um acesso mais fácil a uma informação territorialmente georreferenciada, mas também uma maior autonomia na própria organização dos seus percursos. O modo como hoje já funcionam os sistemas de informação geográfica, cruzando informação e território, não só abrem novas oportunidades de promoção de produtos turísticos, como poderão contribuir para uma maior autonomia na organização e leitura dos próprios percursos. (CHANG e CANEDAY, 2011) A utilização de *smartphones*, com acesso a aplicações específicas, permitem articular informação georreferenciada (GPS) com os conteúdos informativos que se pretendem transmitir para cada um dos locais do território percorrido, permitindo mesmo uma visita individual e autonomizada. Seja como for, no caso de roteiros estruturados com base em visitas guiadas, estas exigirão a participação e/ou formação de profissionais (guias-intérpretes) devidamente qualificados e motivados para esse efeito.

Nesses territórios rurais interiores, muitos são os exemplos que, pelo enorme potencial que encerram, podiam ser apresentados, desde o vale do rio Tua (que desemboca no Douro) ao curso inicial do rio Mondego: paisagens culturais que conhecemos bem e que se encontram, neste momento, a ser objeto de uma carta/estudo do património arqueológico, histórico e etnológico (a primeira) e, em projeto, de um plano integrado de desenvolvimento assente na identidade e memória (a segunda).

No que concerne ao curso inicial do Mondego, os valores (únicos e distintivos) de ordem ambiental, histórica e etnográfica que nessa parte da Serra da Estrela podem ser observados, conferem a esse território uma singularidade e autenticidade merecedora de um plano de atuação que procure preservar, valorizar e promover esse património cultural e paisagístico único. Os casais de Folgosinho (Gouveia), com as tradicionais casas cobertas de colmo, alguns vestígios arqueológicos (e as notícias do achado de outros), aliados tanto ao património imaterial que tem dado corpo ao imaginário narrado destas gentes e onde se funda o saber fazer e a tradição (revelada ainda na gastronomia de exceção ou nos produtos artesanais de qualidade, entre os quais se destaca o afamado queijo da Serra da Estrela), como aos

valores paisagísticos e ambientais que desenham o cenário único dessa zona do Alto Mondego, podem dar corpo a toda uma narrativa que a potencie turisticamente, ainda que de forma devidamente equilibrada, preservando acima de tudo, em longo prazo, tanto a biodiversidade original que nesse espaço de plena montanha se mantém como os recursos de âmbito cultural objeto de utilização turística.

Este poderá ser um projeto estratégico a desenhar com base em três frentes/escalas de intervenção: a) a escala do(s) edifício(s), na sede concelhia, onde se poderia localizar um espaço Identidade e Memória; b) a escala urbana imediata, com um percurso delineado pelo Centro Histórico da sede concelhia (revitalizando também zonas esquecidas), com sinalética e mobiliário urbano adequados, identificando os principais edifícios e pontos de interesse; c) e a escala do território (concelhio) antes brevemente enunciado. Seria a partir desse espaço expositivo que se exploraria o valor da palavra, da imagem, do som e da luz, por forma a despertar o interesse do visitante na descoberta de outro espaço expositivo — o território e os seus valores culturais e ambientais mais marcantes. Seria assim a partir daí, e em estreita articulação com os conteúdos da exposição, que os percursos se iniciariam, mediante videoguia e através dos QR Codes que, em cada módulo expositivo ligariam diretamente a uma das rotas, via App para iPad ou *tablets* ou App específica do Centro de Interpretação carregada no telemóvel, “mapeando” a história contada (e seus conteúdos) no território em questão.

Figura 3 – Casal, em Folgoso (Gouveia): casa tradicional dos pastores da Serra da Estrela



Foto: Pedro C. Carvalho.

Num contexto em que se aposta na diferenciação dos destinos turísticos, em que se procura promover as características próprias e distintivas de cada oferta, mas em que se procuram também combinar múltiplos bens e serviços que os produtos turísticos podem oferecer, será necessário procurar proporcionar aos turistas não só experiências abrangentes, mas também saber ir ao encontro das suas motivações e expectativas mais particulares. Em regiões como estas, há que procurar explorar a heterogeneidade das preferências dos turistas, criando de alguma forma nichos de mercado especializados, captando segmentos específicos do mercado turístico, onde uma oferta particular, baseada nos recursos endógenos (e em que se destacam também a ideia de conhecer, experimentar e explorar), se dirige e adequa a grupos específicos que, ao escaparem à rotina, encontram nestes territórios respostas aos seus anseios. (HASSAN, 2000)

O património cultural, ao se assumir também como componente central na diferenciação desses territórios, desempenhará aqui um papel crucial, envolvendo mesmo os aspetos mais imateriais da cultura local, os hábitos e o saber fazer tradicional, podendo também estes proporcionar experiências únicas aos turistas. A esse nível deverá ser ainda especialmente invocada a questão do retorno e dos benefícios para as comunidades locais — aspeto absolutamente fundamental, uma vez que os processos de desenvolvimento turístico, em última análise, devem contribuir para melhorar a qualidade de vida da população nativa.

Se os territórios que historicamente podem ser lidos implicam o desenho de rotas e a eleição de uma ou outra paragem que favoreça essa leitura, outros lugares há que justificariam a criação *in loco* de um centro de interpretação — que interprete o sítio e o território em redor que o contextualizou. Alguns destes novos espaços poderão coincidir com sítios ou áreas arqueológicas de referência — e são vários os lugares de memória que o justificariam nestes territórios interiores, por encerrarem um enorme potencial educativo, formativo e turístico. Outros desses espaços expositivos poderiam encontrar-se nas proximidades desses sítios arqueológicos de referência, na povoação mais próxima (nesses territórios interiores quase sempre habitada por pouca gente e muito envelhecida), conferindo-lhe assim alguma dinâmica.

Um bom exemplo será o futuro Centro de Interpretação de Trêsminas (Vila Pouca de Aguiar), proposto pelo município local e projetado para uma pequena aldeia situada junto da mais importante exploração romana de ouro (entre os séculos I e III d.C.) a norte do Douro no atual território português. Será a partir daqui que, previsivelmente, se projetarão as visitas a esse complexo mineiro romano, que a poucos quilómetros de distância se estende e revela como uma paisagem cultural única. E será nesse centro de interpretação (ocupando uma casa tradicional reabilitada para o efeito) que, recorrendo nomeadamente a suportes expositivos gráficos, a multimédia e a filmes, algumas ideias-chave serão desenvolvidas por forma a serem facilmente apreendidas por parte de quem o visita: desde o enorme impacto que, há 2.000 anos, a presença romana causou a diversos níveis neste território (aceleração histórica, “globalização”), ao grande investimento e à enorme capacidade técnica que revelam as frentes mineiras, mas também os trabalhos de “engenharia” hidráulica observáveis ainda hoje no terreno. Talvez o maior desafio colocado à equipa da empresa Arqueohoje que executará esse projeto será o de procurar explicar com clareza a complexa cadeia operativa que se processou nessas frentes de exploração aurífera.

Figura 4 – Trêsminas: uma das frentes mineiras da exploração aurífera de época romana



Foto: Pedro C. Carvalho.

Outros lugares, também pela carga histórica e simbólica que encerram e por poderem estar ainda na origem de uma destacada localidade atual, poderão mesmo desempenhar um papel importante num plano de reforço de identidades, mas também de diversificação da oferta turística, mediante a criação de distintivas imagens de marca. Entre outros, o lugar da Torre Velha, em Castro de Avelãs, muito próximo da cidade de Bragança, um dos mais referenciados (se não mesmo o mais referenciado) na bibliografia arqueológica do nordeste transmontano, por poder ser a capital dos *Zoelae* (povo pré-romano que depois se constituiu como *civitas* em época romana) e poder corresponder, posteriormente, à sede da paróquia suévia de Brigantia, acaba por constituir um bom exemplo desse tipo de lugares que evoca tempos passados e que encerra a este nível um enorme potencial.

O projeto que desde 2012 tem vindo a ser desenvolvido no terreno e em laboratório, resultante de um protocolo celebrado entre o município de Bragança e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ainda que assente na investigação (e em investigação em áreas de fronteira, não só em termos cronológico-temáticos, mas também a nível disciplinar) e na respetiva publicação dos resultados em livros e revista da especialidade, tem procurado também divulgar socialmente esses mesmos resultados. Desde a apresentação pública dos resultados da primeira campanha de escavação à população da aldeia, às reportagens feitas pelos órgãos de comunicação local, regional e nacional (incluindo os canais informativos da Universidade de Coimbra), ao recurso às redes sociais, nas quais se podem seguir os principais momentos de uma campanha de escavações, e à criação de uma página *web* do projeto, com entrevistas, vídeo, imagens e muitas outras informações sobre o sítio e o projeto, constituem iniciativas que foram essencialmente promovidas com o intuito de divulgar socialmente o sítio, a sua importância e o conhecimento que está a ser gerado pela investigação em curso.

Esse plano de atuação, desejavelmente, poderá assumir, numa fase seguinte, outras dimensões, nomeadamente de natureza pedagógica, mediante um envolvimento da comunidade escolar, podendo mesmo constituir uma peça importante da política local de educação. Ao trabalharmos

uma problemática histórica absolutamente marcante para a cidade de Bragança, por poder tocar na sua identidade e herança cultural mais profunda, este projeto de investigação poderá assumir precisamente essa dimensão educativa, através do desenho de uma estratégia de transferência de saber direcionada para a população local, a começar pela comunidade escolar (alunos e professores). Esse envolvimento tanto da população local, como da comunidade escolar, parece-nos inclusivamente um eixo decisivo da estratégia a adotar em projetos desse tipo. Diríamos mesmo que dessa forma se justificará em toda a sua plenitude o investimento feito, garantindo-se assim, também por esta via, o êxito do projeto.

Nesse caso como noutros, as ruínas que a escavação colocar à vista podem não se destacar propriamente pela sua monumentalidade e valor estético, mas estas devem ser lidas e valorizadas, sobretudo enquanto fonte de informação e como ponto de partida para o conhecimento de um território e de uma época histórica decisiva. E, sobretudo pelo simbolismo que encerram, se vierem a ser devidamente enquadradas por um centro de interpretação e de investigação, estas ruínas poderão assumir particular significado por permitirem perceber as origens da cidade de Bragança, assim como da sua capitalidade. Constituirão, assim sendo, um verdadeiro monumento, se tivermos em conta a etimologia desta palavra: com origem no termo latino *monumentum*, derivado de *monere*, recordar, que interpela a memória. Ou seja, os vestígios arqueológicos colocados à luz do dia permitem, antes de mais, interpelar a memória, estimular o respeito pelo seu significado, captando-se assim também a dimensão do tempo.

O mesmo se aplica em certa medida à recente intervenção na designada estalagem romana da Raposeira, em Mangualde. Não obstante esse sítio constituir o mais importante testemunho conhecido de época romana neste concelho, podendo de alguma forma estar na origem da atual sede concelhia, as ruínas observáveis estiveram durante muitos anos votadas ao abandono, sendo até desconhecidas de muitos dos habitantes de Mangualde.

A intervenção recente promovida pela autarquia permitiu requalificar o espaço, mediante uma intervenção arqueológica que implicou um aturado

trabalho de restauro e conservação e a colocação de um conjunto de painéis que procura explicar no local o significado deste sítio. Ao mesmo tempo, publicou-se um pequeno livro, bem ilustrado (com uma proposta de reconstituição do edifício) e redigido para que (tal como se verifica nos textos dos painéis) os conteúdos sejam compreendidos pela generalidade da população. (CARVALHO, 2014)

Figura 5 – Escavações arqueológicas no sítio da Torre Velha, em Castro de Avelãs (Bragança)



Foto: Pedro C. Carvalho.

As ruínas romanas da Raposeira são assim, nesse momento, um elucidativo testemunho de um tempo novo que há cerca de 2.000 anos se iniciou e que transportou consigo um conjunto amplo de novidades que marcaria de forma bem vincada todo o curso da história que se seguiu. Por conseguinte, no quadro da programação e gestão do património cultural à escala municipal (TAVARES, 2014), constituem hoje um espaço privilegiado que é considerado no âmbito das políticas educativas locais e que poderá ser palco de atividades culturais várias, sendo também entendido como recurso que permite qualificar e diversificar a oferta turística do município.

Figura 6 – O espaço das termas no sítio romano da Raposeira (Mangualde) depois de ações de restauro e conservação



Foto: Pedro C. Carvalho.

A Arqueologia (e, em particular, as escavações arqueológicas) tem o condão de captar com facilidade o interesse de diferentes públicos. Nestes, como noutros lugares, o contacto directo com os vestígios arqueológicos, mediante visitas guiadas à escavação ou mesmo à possibilidade de nelas participarem aqueles que se voluntariarem, permite explorar o fascínio que provoca o passado perdido (a nostalgia do passado). Ao permitir-se o contacto com uma realidade diferente e passada (muitos dos actuais públicos procuram, sobretudo, o que é diferente), explora-se o evocar de um tempo desaparecido, mas também se pode explorar a imprevisibilidade da descoberta que encerram todas as escavações arqueológicas.

Abrindo-se as escavações ao público, transfere-se conhecimento e sensibiliza-se esse mesmo público para a causa do património — aspeto determinante para o próprio sucesso dessa causa.

Evita-se, por sua vez, a opacidade (nefasta) dos processos que se desenrolam entre taipais e minimiza-se, por conseguinte, a quase sempre consequente desinformação. Por seu lado, satisfazer a curiosidade dos visitantes acerca do método e objetivos da escavação contribuirá também para desmistificar a Arqueologia como um processo de caça ao tesouro. Procurando envolver nesse processo diferentes públicos (a começar pela comunidade



escolar local), desenvolvendo estratégias que procurem mostrar a forma como se efectuam os trabalhos (metodologias empregues), os resultados, entretanto alcançados (com a mostra de alguns achados), e os objectivos que se prosseguem (a razão da intervenção), confere-se a estes projetos de investigação uma dimensão pedagógica que merece ser devidamente sublinhada. Esse é um caminho que começa a ser trilhado — com sucesso — em vários lugares portugueses.

A qualificação desse território interior rural português passa necessariamente pela valorização dos seus recursos endógenos, naturais ou culturais, relacionáveis com atividades, equipamentos e empresas sustentáveis. Implica uma aposta clara no conhecimento e na educação, como foi referido, e passa por políticas públicas que promovam ações concertadas e inclusivas, dotadas da necessária massa crítica e centradas no valor dos patrimónios e no fator diferenciação. Numa análise *swat* desse mundo rural, será decididamente na educação patrimonial e nessa esfera dos territórios com perfis diferenciados que se encontrarão as forças e as oportunidades de um desenvolvimento inteligente.

Desafios distintos colocam os territórios dos grandes centros urbanos. Os museus e o património histórico em geral inscrevem-se aqui num quadro que encerra outras problemáticas, diferentes a vários níveis e até socialmente antagónicas. Mas na definição do plano de desenvolvimento estratégico das grandes cidades os museus não deixam de desempenhar também um importante papel, assumindo-se como peças angulares no seio, quer da regeneração urbana, das comunidades educadoras, quer ainda dos circuitos turísticos.

Com uma dimensão e âmbito muito distintos dos casos anteriores, o Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC), situado no centro da cidade de Coimbra, merece nesta nossa análise particular destaque. Depois de ter sido galardoado com o prémio de Melhor Museu Português em 2013, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM), em 2014, o arquiteto Gonçalo Byrne, que assinou o projeto de ampliação e remodelação do museu, foi distinguido com o Prémio Piranesi — Prix de Rome: talvez o mais prestigiado prémio internacional de Arquitetura atribuído a projetos exe-

cutados em edifícios históricos. O Prix de Rome, nesse caso, distinguiu em 2014 um projeto de Arquitetura que soube respeitar e entrelaçar-se com o património arqueológico, valorizando-o e valorizando-se; distinguiu a capacidade de harmonizar e articular os traços contemporâneos do projeto de Arquitetura com os testemunhos do passado edificado e o registo histórico do fórum/criptopórtico romano e do paço episcopal medieval e moderno — edifícios que estão na origem desse museu.

Figura 7 – Museu Macional de Machado de Castro (2013) na envolvente imediata da malha urbana da Alta de Coimbra



Foto: Pedro C. Carvalho.

Este prémio, no fundo, atribuído a um museu que começa por ser um importante sítio arqueológico, revelador da parte mais expressiva e monumental da cidade antiga, não deixa igualmente de distinguir a ideia de que se o património arqueológico for devidamente estudado e salvaguardado, a sua valorização, no quadro de um projeto de Arquitetura (e de um programa expositivo), poderá revelar-se de forma inequívoca como a melhor solução — aquela que também confere valor acrescido a um projecto de arquitetura contemporânea. E foi precisamente isso que se conseguiu: com base na documentação arqueológica e histórica, nos testemunhos que de outros tempos restavam (e que também se foram revelando no decurso da obra), esse projeto foi sendo (re)desenhado, foi sendo objeto de diálogo, de negociação

e compromisso, por forma a revelar as sucessivas contemporaneidades que nesse espaço se encontram sedimentadas ao longo de cerca de 2.000 anos. Marcas arquitetónicas e fragmentos (imóveis e móveis) de um tempo longo que doravante se unem num espaço museológico que procura uma nova condição unitária (que têm por base a estrutura germinal — e em grande medida já em si unitária — que é o criptopórtico romano). E serão, porventura, esses diferentes ângulos em que as estratificações históricas do edifício se sobrepõem e se cruzam que mais sobressairá no novo edifício do MNMC. (BYRNE, 2013; MULAZZANI, 2013)

Um novo projeto de Arquitetura que a par de um novo programa museológico acabam por revelar não só o modo como o edifício se foi transformando e recriando no decurso desses dois últimos milénios, mas também como a própria evolução histórica da cidade de Coimbra se processou, desde que esta se chamava Aeminium (nome da cidade de Coimbra em época romana). O novo edifício do MNMC mostra-se, assim, como um catalisador do tempo, reflexo de uma espessura temporal composta por partes e arquiteturas distintas, fragmentadas, cruzadas e estratificadas, que dialogam e se valorizam mutuamente, ganhando ainda mais corpo e coerência face também à ligação que as coleções (relevantes) estabelecem com o próprio edifício, criando cenários expositivos únicos, fruto de um constante e estreito diálogo estabelecido entre arquiteto e conservador de museu. (ALARCÃO e ALCOFORADO, 2013)

Neste projeto marcadamente dialogado, a Arqueologia desempenhou também um papel importante e indispensável. Desde logo, convirá referir que a intervenção continuada da Arqueologia no quadro da obra revelou-se um processo particularmente exigente. As características muito específicas desse edifício, classificado como Monumento Nacional, assim o ditaram logo desde o início: lugar do *forum* romano (assente num soberbo criptopórtico), de igrejas que se sucederam e do paço episcopal de Coimbra (durante quase um milénio), tornam verdadeiramente singular este espaço edificado que sempre ocupou uma posição central na malha urbana da cidade (ALARCÃO, 2008; ALARCÃO *et al.*, 2009). Todas as dificuldades acrescidas decorrentes da intervenção em obra tornaram ainda mais expressivo esse desafio, au-

mentando as responsabilidades assumidas pela Arqueologia, tanto em termos de planeamento, registo e salvaguarda como ao nível da investigação e valorização do património.

Figura 8 – Criptopórtico romano

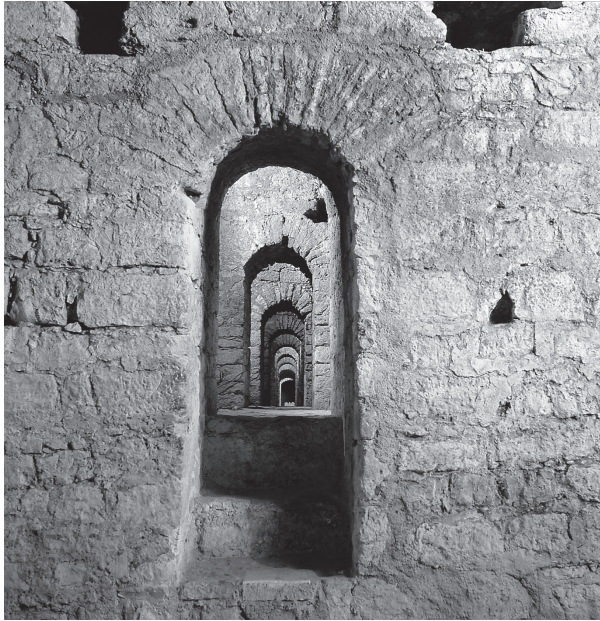


Foto: Danilo Pavone.

Atendendo a que a reabilitação de centros e edifícios históricos constituirá um processo em crescendo e tendo em conta que este exigirá sempre a colaboração concertada entre diferentes perspetivas e áreas de actuação (da Engenharia e Arquitectura à Arqueologia), parece-nos que o processo levado a cabo no MNMC acabou por ser algo modelar a esse respeito, uma vez que soube ultrapassar as dificuldades inerentes a esses processos, conciliando-se as exigências da obra com as de estudo, conservação e valorização do património histórico. Para além disso, produziu-se investigação relevante para a história do edifício e da própria cidade, mostrando que as intervenções arqueológicas em contexto de obra e a investigação histórica e arqueológica não serão necessariamente (e não foram nesse caso) processos incompatíveis.

Para que as metas inicialmente definidas pela Arqueologia fossem alcançadas, revelou-se essencial o bom relacionamento ou a plena articulação entre todas as partes intervenientes na obra. Cedo se percebeu que num edifício com essas características e face à especificidade do acompanhamento arqueológico, seria necessário articular procedimentos, tanto ao nível da programação como em termos de execução nas frentes de obra. Para os arqueólogos revelou-se essencial um bom conhecimento do projecto e da sua calendarização, como forma de garantir um planeamento atempado das intervenções, conseguindo-se assim não só a qualidade de registo arqueológico (que se exige), mas evitando também interferir de modo substantivo no próprio ritmo e desenvolvimento da obra (sobre todo esse processo de Arqueologia preventiva em obra, cf. CARVALHO, 2013).

Figura 9 – Registo e acompanhamento da picagem do reboco de uma parede



Foto: Ricardo Silva.

A intervenção da Arqueologia traduziu-se na escavação de toda a área afectada pela obra e na realização de sondagens onde não era muito expressiva a afetação do subsolo. Acarretou também um acompanhamento constante de todas as movimentações pontuais de terras em toda a área do MNMC. O acompanhamento arqueológico também se verificou quando se procedeu ao registo de alçados sempre que as picagens de rebocos de paredes se veri-

ficaram e as demolições foram decididas. Com efeito, as demolições também ocorreram, essencialmente na ala norte do edifício. Aqui, as intervenções do século XIX e, sobretudo, aquelas avulsas e continuadas que ocorreram já em pleno século XX (levadas a cabo pela direção-geral dos edifícios e monumentos nacionais), tinham remodelado e transformado profundamente o antigo paço episcopal, descaracterizando-o nesta parte. Em toda a restante área edificada, importa sublinhar, as componentes originais do paço, com grande importância arquitetónica e histórica, mantiveram-se — e algumas ficaram a conhecer-se melhor, face ao registo que se fez dos seus alçados aquando da mencionada picagem de rebocos. Aliás, se do edifício do fórum romano não se conhecem paredes, sendo ténues e muito fragmentados os traços do edifício medieval (associados à Igreja Românica de S. João de Alameda ou revelados pela escavação e acompanhamento arqueológico da obra), do edifício antigo (original) do paço o que restava fundamentalmente era uma ala do século XVII — e essa, incluindo a parte residencial do paço renascentista que melhor se conservava, não foi obviamente destruída, nem tão pouco sofreu particulares transformações com essa obra.

Estruturas de diversas épocas reveladas pelas escavações em obra obrigaram a um redesenhar do projeto, numa ou noutra área e em diferentes momentos, integrando-as, conservadas *in situ*, no percurso expositivo. O extenso e muito bem conservado troço de cloaca romana, assim como um conjunto de volumosas paredes dessa época que serviu, sobretudo, de base às paredes do fórum, que as escavações colocaram a descoberto durante a obra na ala sul do museu, justificaram, face à sua importância, esse redesenhar do projeto, fazendo agora estas estruturas parte das opções de percurso. O mesmo aconteceu (mas agora numa fase inicial do projeto) com os restos da própria cidade romana (que a poente encostava ao fórum) descobertos onde hoje se situam os novos corpos construídos que ampliaram o MNMC: aqui, os troços de cloaca e os restos de paredes (incluindo as de uma possível lavandaria — *fullonica*) que ladeavam uma das principais ruas (*decumanus*) da cidade romana, foram recontextualizados e integrados no novo plano construído, podendo hoje ser observado esse testemunho da primeira cidade, encoberta pelas cidades que lhe sucederam.

A intervenção arqueológica concorreu ainda para possibilitar uma nova leitura tanto do piso inferior do criptopórtico — agora, pela primeira vez, percorrido pelo visitante do museu —, como da fachada principal do edifício do fórum/criptopórtico, mediante a recriação em obra da sua volumetria original, unindo-a a outras de diferentes contemporaneidades, incluindo o novo corpo do MNMC construído a oeste. A compreensão do criptopórtico e, sobretudo, do edifício do fórum claudiano que sobre ele assentava, foi ainda tentada (com êxito, a nosso ver) mediante a reconstituição 3D da totalidade desse edifício romano, baseando-se esse trabalho moroso de restituição das formas construídas ou arquitectónicas desaparecidas do fórum no processo de investigação continuado que neste espaço teve lugar ao longo de vários anos.

Os restos de um primitivo fórum, datado de época augustana, descobertos aquando das escavações em obra, passaram igualmente a integrar o novo percurso, indo certamente ao encontro das expectativas de alguns visitantes. Estes destroços do espaço público mais antigo que se conhece na cidade são agora explicados mediante a projeção de algumas imagens que, articuladas como o que se pode observar num dos cortes térreos da área sondada, permitem a leitura interpretada da estratigrafia que a equipa de arqueologia registou — o próprio processo de intervenção e interpretação arqueológica é desse modo revelado. Esse recurso, assim como outros que integram as novas tecnologias de comunicação, foi pensado para complementar a visita, contribuindo, nesse caso, para transmitir de uma forma simples e objetiva a história do edifício desde os seus primórdios.

A estrutura do criptopórtico só pontualmente foi objeto de um processo de consolidação, uma vez que as suas volumosas paredes não requereram particulares cuidados, optando-se também por proceder à limpeza mínima das suas superfícies, mantendo-se sempre nesse espaço romano todos os traços e vestígios de uso em épocas posteriores, como seja a marca em negativo das paredes de uma cisterna que, a dada altura da época moderna, foi implantada numa das galerias do piso superior do criptopórtico, ou as linhas de argamassa e as manchas de fuligem que se observam nas paredes do piso inferior, testemunhos de construções e de uma forja que em época medieval

deram outra função a esse espaço — restos de práticas e tempos diferentes, revelados tanto por traços ténues como por outros mais expressivos (como a parede traseira de casas de época medieval e moderna que constitui um dos alicerces da *loggia* renascentista) que, tal como um palimpsesto, reproduzem ou refletem a história do edifício.

No criptopórtico, a exposição propriamente dita de peças encontra-se reduzida ao mínimo. A opção museográfica não passou por expor a diversidade de peças romanas que fazem parte do acervo do museu, muitas delas recuperadas aquando das escavações. A opção foi outra: concentrar as atenções do visitante na estrutura do criptopórtico, na solução engenhosa e na obra notável que este constitui; destacar o edifício de época romana que, em Portugal, conserva a maior área construída, despindo-o de objetos museológicos e mantendo-o na sua originalidade funcional. As poucas peças expostas — fundamentalmente a escultura e a epigrafia romana — encontram-se, sobretudo, no piso superior do criptopórtico e, ambas deslocadas do seu contexto original, mostram-se de forma distinta: os quatro bustos da família imperial encontram-se dispersos, assinalando os lugares onde foram achados nas escavações (originalmente estariam no fórum, presumivelmente na sua praça central); as epígrafes, achadas quase todas na cidade de Coimbra, agrupam-se num núcleo à parte, procurando desligar-se de um espaço a que não pertencem ou nunca pertenceram, invocando o mundo funerário da cidade romana, originalmente localizado num espaço exterior da cidade antiga. (ALARCÃO e ALCOFORADO, 2013: 125)

Adossado a um quadro recentemente classificado pela Unesco como património da humanidade (Universidade de Coimbra — Alta e Sofia), o novo museu afigura-se hoje como um novo polo cultural da cidade, como um aglutinador e condensador da própria cidade. Tal como outrora o foi o fórum romano (espaço público por excelência), o atual Museu Nacional de Machado de Castro, por altura do seu centenário, volta a ser assim um ponto de encontro da cidade, desempenhando num futuro próximo, certamente, um papel fundamental tanto no contexto da remodelação (e revitalização) urbana da velha Alta de Coimbra como no plano de desenvolvimento estratégico desta cidade. (BYRNE, 2013)



## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Jorge de (2008): *Coimbra. A montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ALARCÃO, Jorge, ANDRÉ, Pierre, BARRELAS, Paulo, CARVALHO, Pedro C., SANTOS, Fernando e SILVA, Ricardo Costeira (2009): *O Fórum de Aeminium. A busca do desenho original*, IMC/MNMC e EDIFER.
- ALARCÃO, Adília e ALCOFORADO, Ana (2013): “MNMC: o programa expositivo. Estrutura, imagem e comunicação”, *Revista Património*, n.º 1, Direção Geral do Património Cultural / Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, p. 57-61.
- ANDRÉ, C.; CARVALHO, P. C.; COSTA, M. C.; FERNANDEZ, A.; TERESO, S.: “*Cerâmicas romanas da Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança – Primeira síntese)*”, *IIº Congreso Internacional de la SECAH – Ex Officina Hispana* (Museu D. Diogo de Sousa, Braga, 3 a 6 de abril de 2013).
- BERNARDES, J. *et al.* (2013): *Património e Território – Relatório final*, Secretaria de Estado da Cultura.
- BYRNE, Gonçalo (2013): “Projeto de remodelação e ampliação do Museu Nacional de Machado de Castro”, *Revista Património*, n.º 1, Direção Geral do Património Cultural / Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, p. 108-113.
- CARVALHO, Pedro C. (2011): “O valor socioeconómico do património arqueológico concelhio”, *Actas do Encontro Internacional sobre Ciência e Novas Tecnologias aplicadas à Arqueologia na Villa Romanado Rabaçal*, Ed. C.M. Penela e Direção Regional da Cultura do Centro.
- CARVALHO, Pedro C. (2012): “A época romana – o território de Mira e o Oceano há 2.000 anos”, *Catálogo do Museu do Território da Gândara*, Câmara Municipal de Mira, p. 19-23.
- CARVALHO, Pedro C. (2013): “A arqueologia na obra do MNMC: para uma visão integrada do lugar”, *Revista Património*, n.º 1, Direção Geral do Património Cultural / Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, p. 114-119.
- CARVALHO, Pedro C. (2014): “A estalagem romana da Raposeira”, *A estalagem romana da Raposeira (Mangualde)*, Município de Mangualde/ArqueoHoje, p. 14-25.
- CARVALHO, Pedro C. (*no prelo*): “O papel do património histórico e cultural nas políticas locais de educação e no desenvolvimento regional sustentável: algumas considerações sobre o caso do património arqueológico”, *Atas do 1º Congresso*

*Internacional – Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*, Coimbra: 1-4 de julho de 2014, Universidade de Coimbra.

CARVALHO, Pedro C., MATIAS, Dina, RAMOS, Ana Paula, RIBEIRO, Carla Alegria, SANTOS, Fernando Pereira e SILVA, Ricardo Costeira (2010): “Caminhando em redor do forum de Aeminium (Coimbra, Portugal)”, *Colóquio Internacional – Ciudad y Foro en Lusitania Romana*, Museu Nacional de Arte Romano (Mérida, 2007), *Studia Lusitana*, 4, MNAR.

CARVALHO, Pedro C. e MARQUES, António Carlos (coord.) (2009): *Celorico da Beira através da História*, Câmara Municipal de Celorico da Beira.

CHANG, G. e CANEDAY, L. (2011): *Web-based GIS in tourism information search: perceptions, tasks, and trip attributes*, *Tourism Management*, 32.

COSTA, Miguel Cipriano; CARVALHO, Pedro C. Carvalho; TERESO, Sofia; ANDRÉ Clara: “Ensaio arqueogeográfico sobre o sítio de Torre Velha/Castro de Avelãs (Bragança)”, *Actas do III Encontro CITCEM: Jornadas nas Paisagens Milenares do Douro Verde*, 21 a 24 de novembro, de 2013: Porto – Baião.

GOB, André e DROUGUET, Noémie (2003): *La muséologie. Histoire, développements, enjeux actuels*, Paris, Armand Colin Éditeur.

GONÇALVES, A. (2012): “Museus, Turismo e território: como podem os equipamentos culturais tornar-se importantes atrações turísticas regionais?”, *Imagem, património e sustentabilidade dos destinos turísticos*, IPL. P. 43-94.

HASSAN, S. (2000): *Determinants of market competitiveness in an environmentally sustainable tourism industry*, *Journal of Travel Research*, 38.

MATEUS, A. et al. (2013): *A cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa – Relatório final*, Secretaria de Estado da Cultura.

MULAZZANI, Marco (2013): “Attraverso le Pieghe del Tempo – il Museo di Coimbra di Gonçalo Byrne”, *Casabella*, numero 826, n. 6, anno LXXVII, p. 8-27.

TAVARES, António (2014): *Património Cultural: gestão e programação à escala municipal. Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local*. Edição: Arqueohoje, Lda.

TERESO, S.; BRITO, A.; UMBELINO, C.; COSTA, M. C.; ANDRÉ, C.; CARVALHO, P. C.: *O espaço funerário alto-medieval da Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança)*, IIº Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: *O Mundo Funerário* (Universidade de Évora, 29 de abril a 1 de maio de 2013).

VEGO, Peter (dir.) (1989): *The new museology*, Londres, Reaktion Books.

VILAR, Rui (2007): “Sobre a Economia da Cultura”, *Comunicação & Cultura*, n.º 3, p. 131-144.

VVAA (2013): *Genius Loci – O espírito do lugar*, Coord. Eon, Indústrias Criativas Lda., Ed. Câmara Municipal de Sever do Vouga.